

Congresso CIP 2018

O VALOR DAS EMPRESAS

Europarque, Santa Maria da Feira, 11 abril 2018

Intervenção de António Saraiva, Presidente da CIP

Sua Excelência Senhor Presidente da República, Professor Doutor

Marcelo Rebelo de Sousa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da

Feira, Dr. Emídio de Sousa,

Senhores Presidentes de Câmaras Municipais presentes.

Senhores Embaixadores,

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do CES,

Caros colegas das Associações e Confederações Patronais,

Senhores representantes das organizações sindicais,

Caras e Caros convidados,

Caros Empresários,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras saudações são para Sua Excelência o Senhor Presidente da República que hoje nos honra com a sua presença e com o alto patrocínio que desde a primeira hora atribuiu ao nosso Congresso, reiterando assim o acompanhamento muito próximo e atento que sempre dispensou às preocupações dos empresários e das empresas.

Pela forma acolhedora e entusiasmada, cumpre-me igualmente enaltecer e agradecer, na pessoa do seu Presidente, o modo como fomos recebidos em Santa Maria da Feira, município empreendedor e permanentemente em busca do desenvolvimento económico.

A todos os empresários aqui presentes, os meus sinceros agradecimentos, certo de que a vossa participação vem dar público conteúdo ao VALOR DAS EMPRESAS que sistematicamente reafirmamos na sociedade portuguesa.

Para nós, empresários, o VALOR DAS EMPRESAS é um dado adquirido.

No entanto, há ocasiões em que se torna necessário insistir naquilo que nos pode parecer evidente.

Num ambiente em que, um pouco por todo o mundo ocidental e também no nosso país, está patente uma crise de confiança nas instituições, facilmente as empresas são vistas como parte do sistema.

Abre-se assim o caminho a uma maior projeção (e poder) de alguns sectores da sociedade que persistem em difundir desconfianças e preconceitos contra as empresas e os empresários.

Ora, uma sociedade que ignora o papel fundamental das empresas, que lhes nega condições para realizarem a sua função, está, a prazo, a **hipotecar as possibilidades de desenvolvimento e crescimento.**

Do mesmo modo, uma sociedade que alimenta atitudes de desconfiança, de inveja ou de antagonismo face aos empresários está a comprometer o futuro e as possibilidades de criação de riqueza e, portanto, da sua posterior distribuição.

Não podemos permitir que se diabolize o lucro como causa da pobreza; temos de afirmar que, sem lucro, não é possível investir e acabar com essa mesma pobreza.

Temos de afirmar que não há Estado Social sem empresas competitivas, assim como só poderemos redistribuir a riqueza que as empresas produzirem.

Por tudo isto, dedicamos este nosso Congresso à afirmação do **VALOR DAS EMPRESAS!**

Esse valor está patente na evolução recente da nossa economia. Na recuperação que muitos insistem em discutir se é mérito deste Governo, do anterior ou de uma eventual conjunção de condições propícias ao crescimento.

Mas a verdade é que a recuperação se deve às EMPRESAS!

Se a taxa de desemprego está hoje abaixo dos 8%, é porque as empresas geraram mais emprego.

As empresas privadas são responsáveis por dois terços do emprego total e empregam mais de 80% dos trabalhadores por conta de outrem.

Em 2017, 97% do aumento líquido do emprego por conta de outrem foi gerado nas empresas. **As empresas criaram novos postos de trabalho para mais 169 mil trabalhadores.**

Em 2017, atingimos o maior nível de crescimento económico em 17 anos por mérito das empresas.

São elas que produzem, são elas que inovam, são elas que exportam.

56% do crescimento do PIB em 2017 ficou a dever-se ao aumento das exportações, líquidas da respetiva componente importada.

Acresce que este desempenho das exportações ocorre num contexto de apreciação do euro e de evolução desfavorável de indicadores tradicionais de competitividade-preço.

Neste quadro, os ganhos de quota de mercado salientam a capacidade competitiva das empresas portuguesas nos mercados internacionais, que vai para além de ganhos de competitividade por via dos preços.

São também, essencialmente, as empresas que investem:

Mais de dois terços do investimento em Portugal é realizado pelas empresas. Em 2017, 58% do acréscimo do investimento veio das empresas e só 25% do investimento público.

O défice historicamente baixo atingido em 2017 ficou a dever-se, em grande parte, à aceleração económica registada no último ano e ao aumento do emprego. **Ambos são mérito dos empresários.**

Não pode, pois, menosprezar-se o trabalho, a iniciativa, a criatividade, a coragem das empresas; dos seus empresários e dos seus trabalhadores.

Não só das escassas centenas de grandes empresas que operam no nosso país, mas principalmente das centenas de milhares de micro, pequenas e médias empresas, cujos responsáveis vivem dos frutos do seu trabalho e da sua capacidade de arriscar e lutam, todos os dias, pela manutenção dos postos de trabalho que criam, **prestando, tantas vezes, um apoio social insubstituível nas comunidades onde se inserem.**

Minhas senhoras e meus senhores,

A recuperação deve-se ao VALOR DAS EMPRESAS, e é bom que assim seja.

Mas, para utilizar as suas palavras, Senhor Presidente, “é necessário que a economia cresça mais para manter o equilíbrio financeiro interno e externo e, por fim, reduzir a dívida pública”.

Por isso, é preciso reconhecer que com uma política pública mais favorável à atividade empresarial, o relançamento da economia teria sido mais robusto e mais sustentável.

Em muitos domínios, o esforço das empresas continua a ser insuficientemente apoiado, quando não contrariado, pela ação do Governo.

O exemplo mais evidente é o aumento da carga fiscal em Portugal.

Não estou a falar da tributação direta sobre cada contribuinte individual. Aí, sim, houve algum alívio.

Estou a falar, em termos globais, da parcela crescente de toda a riqueza gerada no nosso país que é absorvida pelos impostos e contribuições sociais.

Nos impostos indiretos, em 2017, o aumento foi superior a 6%. **E a imaginação do Governo para criar novas formas de tributação permanece viva, fértil e voraz.**

No IRC, o aumento da receita foi de quase 10%. Mesmo assim, o Orçamento para 2018 introduziu um novo aumento da derrama estadual, **reduzindo ainda mais a atratividade do investimento.**

Se, por absurdo, esta tendência de aumento da carga fiscal não for invertida, **chegaremos à situação limite em que a totalidade da riqueza gerada nas empresas portuguesas será apropriada pelo Estado,** o qual, generosamente, providenciará às necessidades de cada um - uma suposta utopia que nos traz à memória outras que deram já resultados desastrosos.

Por outro lado e apesar das constantes promessas, assistimos à crescente afetação dos fundos europeus ao funcionamento do aparelho do Estado e das autarquias, **em detrimento do investimento no aumento de competitividade das empresas.**

Também na sua atividade legislativa, o Governo, em vez de apoiar a atividade das empresas, penaliza frequentemente aquele que é o motor do crescimento da economia nacional.

Ao mesmo tempo que se promove o SIMPLEX+, continuam a surgir novos procedimentos e novas exigências que vão alimentando a carga administrativa que pesa sobre as empresas.

O exemplo mais recente é a legislação nacional relativa à proteção de dados, produzida demasiado tarde, sem a necessária auscultação dos parceiros sociais e sem a elaboração prévia de um estudo de impacto dos custos de implementação junto das empresas, em particular das PME.

Não faz qualquer sentido, numa matéria tão pouco estudada, querermos ir mais longe do que aquilo que a Europa recomenda.

Mais, é inaceitável que se possa pensar em legislar nesta matéria de modo diverso para o privado e para o público.

Impor aos privados aquilo que não se aplica ao público é, repito, inaceitável.

Minhas senhoras e meus senhores,

As empresas têm um compromisso com o País!

O de continuar a gerar mais riqueza e a gerar mais emprego.

Queremos contrariar as perspetivas atuais de um abrandamento do crescimento económico, à medida em que se vai desvanecendo a sua componente cíclica.

Essa componente terá de dar lugar a uma componente estrutural mais sólida, que faça aumentar o crescimento potencial da nossa economia.

Se não fizermos esse caminho, o crescimento enfraquecerá.

Sabemos que a nível externo, o mundo nunca foi politicamente tão imprevisível, economicamente tão mutante e socialmente tão incerto.

Estamos no limiar de uma guerra comercial com consequências imprevisíveis, que não deixará de afetar a nossa economia.

Não se dissiparam ainda as incertezas inerentes ao Brexit, que põem em causa o nosso relacionamento económico com um parceiro com a importância do Reino Unido.

A política de expansão monetária do BCE não se manterá indefinidamente.

Além destas angústias e de outras, em larga medida fora do nosso controlo, existem indicadores intrínsecos à nossa economia, que põem em causa a sustentabilidade do nosso crescimento.

Para ser sustentado, o crescimento que queremos – e de que precisamos – deverá tornar-se consistente com um modelo de economia competitiva, assente em aumentos da produtividade.

Tal não se verifica ainda.

Em 2017, a queda na produtividade do trabalho foi de 0,6%.

Desde o início de 2016 que os indicadores de competitividade externa se continuam a deteriorar.

Pergunto-me até que ponto conseguirão as empresas continuar a contrariar o impacto desfavorável desta tendência.

As empresas estarão à altura das suas responsabilidades. Mas é preciso que o Governo faça a sua parte.

Somos exigentes connosco próprios. **Temos de ser exigentes com o Governo.**

- Exigentes quanto à inversão do aumento da carga fiscal sobre as empresas, com estabilidade, simplicidade e previsibilidade na tributação.
- Exigentes no estímulo à capitalização das empresas, ao redireccionamento do crédito bancário para o setor produtivo, à diversificação de fontes alternativas de financiamento.

- Exigentes quanto ao investimento público, nomeadamente em infraestruturas com vista à competitividade da nossa produção.
- Dentro de pouco anos, corremos o risco de as nossas mercadorias ficarem presas nos Pirenéus, porque o Governo protela há anos o tão necessário investimento em ligações ferroviárias que permitam oferecer um serviço competitivo para mercadorias.
- Temos de ser exigentes quanto à necessidade de instrumentos de política pública que apoiem e promovam o esforço de qualificação dos recursos humanos das empresas.

É preciso aproveitar a capacidade que tantos Centros de Formação e Associações Empresariais conseguiram adquirir ao longo dos vários quadros comunitários de apoio.

Não podemos permitir que a falta de recursos humanos qualificados se torne uma barreira à inovação e ao crescimento.

E este risco está já presente em muitos setores da nossa economia.

Além disso, no quadro da economia digital que se vai sobrepondo ao mundo que até aqui conhecíamos, a intensificação dos movimentos entre setores e atividades provocada pela aceleração da evolução tecnológica não se compadece com mercados de trabalho rígidos.

- Esta é mais uma razão que reforça a nossa firmeza em **não admitir retrocessos nas reformas que foram levadas a cabo no sentido favorável à flexibilidade do mercado do trabalho e em recusar uma visão redutora do que deve ser um efetivo combate à precariedade laboral.**

- Temos de ser exigentes relativamente ao funcionamento da justiça económica, um dos fatores que mais contribui para a fraca atratividade da nossa economia.

Em suma, exigimos que a competitividade empresarial se torne a preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia.

Apelamos, Senhor Presidente da República, à sua influência neste sentido.

Minhas senhoras e meus senhores,

No quadro de tudo aquilo que aqui referi, queremos que este seja, sobretudo, um Congresso voltado para o futuro.

Os assuntos quotidianos que ocupam boa parte do nosso tempo e da nossa atenção não nos podem distrair das grandes tendências que moldam o nosso futuro.

Por isso, iremos debater os grandes desafios com que se defrontam as empresas:

Na parte da manhã, estará em foco a transformação digital, nas suas dimensões tecnológica e social.

As mudanças que a transformação digital em curso implica trazem a debate a procura de novas soluções que beneficiem empregadores e trabalhadores.

Estamos certos de que os requisitos de flexibilidade das empresas e as necessidades dos trabalhadores podem ser compatibilizados e equilibrados.

Estamos abertos e interessados num diálogo social capaz de adaptar as relações laborais à realidade do século XXI.

Na parte da tarde, estará em debate o desafio demográfico e as suas implicações nas políticas públicas e nas empresas.

Seremos, dentro de alguns anos, o segundo país mais envelhecido da Europa.

Importa por isso refletir e desenhar caminhos que respondam aos novos desafios que são colocados ao poder político, à sociedade e às empresas.

Debateremos também o desafio do investimento, condição fundamental para aumentar a competitividade, assente em aumentos da produtividade; condição, por isso, para o desenvolvimento futuro.

Lembro aqui as palavras do Senhor Presidente da República quando promulgou o último Orçamento do Estado:

“A necessidade de garantir duradouramente crescimento e emprego, e redução das desigualdades sociais, deve apontar para o papel crucial do investimento interno e externo, que o mesmo é

dizer para o incentivo ao determinante tecido empresarial” (fim de citação).

Debateremos tudo isto sob o pano de fundo da nossa principal preocupação: a competitividade, pressuposto da afirmação do VALOR DAS EMPRESAS em mercados abertos, exigentes e altamente concorrenciais.

Agradeço aos nossos patrocinadores o apoio que nos concederam.

Aos oradores que aceitaram o nosso convite, agradeço o esforço, a criatividade e o empenho.

A todos os presentes, peço a vossa participação ativa nesta iniciativa da CIP, desenhada para vos ouvir, permitindo-nos assim prosseguir o nosso trabalho, cientes das vossas preocupações.

Obrigado a todos pela vossa presença!

A nossa voz será tanto mais escutada quanto maior for a nossa participação e a nossa coesão no seio do movimento associativo que a CIP se empenha em servir.

É este o meu combate. É este, estou certo, o nosso combate, para afirmar bem alto o VALOR DAS EMPRESAS.